

## **EMPODERAMENTO FEMININO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO PELA INFORMAÇÃO PARA GESTANTES DO CRAS DE BANANEIRAS-PB**

Evellin Jerônimo de Araújo  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
evellinjaraujo@gmail.com

Eline Santos Araújo  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
aelines.araujo@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O educador social trabalha diretamente com questões sociais que envolvem a comunidade, possibilitando o conhecimento de direitos por meio da aquisição de informações essenciais. Trabalhamos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de Bananeiras-PB, um local que é estruturado por dez salas, que abrigam oficinas, refeitório e escritório, atendendo usuários no que tange às suas necessidades burocráticas e/ou psicológicas. Entre esse público atendido, trabalhamos com as grávidas.

A falta de informação sobre temas essenciais quanto à autoestima, à violência obstétrica e depressão pós-parto levam as grávidas – em meio a uma realidade subdesenvolvida do interior da Paraíba – a uma “cultura da falta de cuidados pessoais após o nascimento de um filho”. Isso nos motivou a desenvolver práticas educativas não formais com esse grupo, estabelecendo como objetivo a divulgação dos direitos das gestantes, por meio de palestras e rodas de conversa, bem como pela realização de um ensaio fotográfico com vistas a estimular e levantar sua autoestima. Empoderar pelo conhecimento e pela autoestima foi o resultado perseguido em nossa intervenção de estágio.

### **DESENVOLVIMENTO**

O que é empoderar? O empoderamento feminino é considerado um processo, pois está em constante transformação e busca por aquisição, cujo início ocorre com a conscientização das mulheres sobre a opressão masculina, a fim de levá-las a exigir a diminuição da desigualdade de gênero (SARDENBERG, 2009).

Nesse contexto, o nosso trabalho foi desenvolvido por meio de duas etapas, que denominamos como “empoderamento pelo conhecimento” e “empoderamento

pela autoestima”. A primeira etapa aconteceu por meio de palestras informativas que tematizavam os direitos das gestantes e as complicações advindas da violência obstétrica e da depressão pós-parto. Já o empoderamento pela autoestima foi desenvolvido por meio de um ensaio fotográfico, comumente chamado de “*book de grávidas*”.

Baseando-se na teoria do poder simbólico, de Pierre Bourdieu (1989), a qual discute a existência de um poder invisível dependente da ignorância dos indivíduos. Ignorância é entendida, nesse caso, no sentido de não se perceber que aquilo no que se acredita (sua visão de mundo) são imposições das classes dominantes, com intuito de manter sua superioridade e dominação. Nós nos dedicamos a trabalhar com as gestantes a apropriação de seus direitos por meio da informação. Esse poder simbólico somente se confirma se for compreendido como algo não arbitrário, já que sua principal característica é impor uma visão de mundo dominante, sem que os dominados percebam sua arbitrariedade. A partir do momento em que se toma consciência da arbitrariedade, o poder simbólico deixa de existir (BOURDIEU apud TRAMONTINA; SCHMITZ, 2017).

Os direitos das gestantes contemplam a prioridade nas filas de estabelecimentos públicos ou privados; direito de esperarem sentadas em estabelecimentos de saúde; escolha do acompanhante na hora do parto (que pode ser de qualquer pessoa, independente do sexo); licença-maternidade que varia entre quatro e seis meses; direito à licença-maternidade sem prejuízo do período escolar, garantido pela lei nº 6.202/1975 e o cumprimento dos compromissos escolares a partir do oitavo mês de gestação, garantido pelo decreto-lei nº 1.044/1969.

A violência obstétrica se caracteriza por situações em que os funcionários dos estabelecimentos de saúde não respeitam as gestantes, dirigindo a elas comentários inapropriados, chacotas, procedimentos sem autorização na hora do parto e negação do uso de analgésicos que poderiam vir a aliviar as dores do parto. Já a depressão pós-parto consiste na falta de vínculo afetivo entre a mãe e o bebê. Neste estado, a mulher pode apresentar: fadiga, perda de interesse pelo bebê, tristeza sem explicação, sentimento de culpa e pensamentos suicidas. A autoestima na gravidez se remete às alterações hormonais e de peso. Estando a mulher em processo de constante mudança de corpo e humor é comum ter baixa autoestima no período da gravidez, situação que se intensifica quando com a chegada do bebê.

Foi por meio da prática do ensaio fotográfico que tentamos reavivar o sentimento de autoestima. Era preciso se ter a percepção física para valorizar suas qualidades individuais. Ao chegarmos ao local do estúdio, montamos o cenário, composto por uma estrutura de canos, que trazia como pano de fundo um tecido preto. Quando as gestantes chegavam, fazíamos a roda de conversa para apresentar os temas abordados no projeto, momento exclusivamente baseado em um trabalho informativo.

Para trabalhar esses temas com as gestantes, tivemos duas grandes etapas. A primeira aconteceu em um só encontro: houve a apresentação do projeto de intervenção e a realização de uma dinâmica – “tempestade de ideias” – que buscava coletar o que elas conheciam em relação à autoestima. Nesse primeiro momento, oferecemos o ensaio fotográfico, esclarecendo que a cada encontro realizamos orientações sobre assuntos ligados à gestação. Já a segunda etapa reuniu a culminância de nossa ação, numa roda de conversas realizada no fim da intervenção, com o intuito de perceber até que ponto as informações repassadas foram apropriadas efetivamente pelo público com o qual trabalhamos.

O ensaio fotográfico na gestação se revelou numa rica estratégia para a permanência das gestantes nas atividades desenvolvidas pelo projeto. Separamos as gestantes em duplas e agendamos os ensaios. Sete grávidas foram atendidas. Em cada ensaio realizado trabalhamos individualmente com orientações às gestantes, com os seguintes temas: 1. Autoestima durante a gravidez; 2. Como manter a autoestima após o parto; 3. Como grávida, que direitos possuo?; 4. O que cabe a mim exigir da sociedade quando atendida pelo serviço público de saúde? Ao final dos ensaios, as fotos foram entregues virtualmente. No entanto, cinco fotos foram reveladas e também entregues às gestantes no último encontro, junto com os *folders* informativos que produzimos.

Nove encontros foram realizados, experiências de vida foram trocadas e geravam aprendizagens. Um caso de violência obstétrica foi divulgado por uma das gestantes e serviu de alerta ao grupo. Identificamos, entre as gestantes atendidas, que cinco sofreram com esse tipo de ocorrência. Nós, educadoras, enquanto mulheres que ainda não tínhamos passado pela gestação, tivemos também nossos sentidos educados. No quinto encontro, com a única gestante do grupo que exercia uma atividade remunerada, trabalhamos os direitos trabalhistas, alertando sobre direitos que lhes garante a licença-maternidade após o parto. Ações como essa

deveriam ser mais recorrentes, uma vez que as gestantes são excluídas do mercado de trabalho justamente por estarem grávidas.

Nosso último encontro reuniu 14 gestantes das 30 cadastradas no CRAS. Destas, apenas sete aceitaram realizar os ensaios fotográficos. A tarefa do professor enquanto educador social se distribui em vários aspectos e com vários grupos de pessoas diferentes, visando inserir o sujeito no contexto de cidadão, conforme mostram os direitos e os deveres a eles assegurados por lei. O grupo de gestantes se encaixa de maneira ímpar na implementação das práticas educativas no contexto da pedagogia social.

## RESULTADOS/CONCLUSÕES

Concluimos que a educação não escolar pode se inserir para todos os públicos que carecem de conhecimento e informação. O pedagogo tem um vasto campo de atuação e o foco principal do educador social é a educação que orienta durante o trabalho algum tema importante para a comunidade que está inserida em sua realidade. Bourdieu embasa teoricamente este trabalho, pois o poder simbólico se encaixa nitidamente com a realidade das gestantes, que sofreram com a quebra dos direitos e não se davam conta, uma vez que a visão de mundo dominante foi estabelecida. Por meio das informações apresentadas nas rodas de conversa e palestras ministradas por nós, educadoras não formais, o poder simbólico deixou de existir, já que as gestantes tiveram consciência do que a arbitrariedade do poder simbólico estava fazendo, omitindo os direitos.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SCHMITZ, Gabriele Ana Paula Danielli; TRAMONTINA, Robson. Empoderamento feminino: uma análise a partir da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu.

**Revista Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/1826> Acesso em: 12 jun. 2019.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, July 2009.